

DILEMAS E DESAFIOS DA REPROVAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA PÚBLICA: O QUE PENSA A COMUNIDADE ESCOLAR

Elisabete Martins Moura¹
João Carlos da Silva²

RESUMO

O presente trabalho procura discutir os condicionantes históricos que contribuem para o alto índice de reprovação escolar. Aborda as representações de professores, pais e alunos sobre o tema, destacando os dilemas e os desafios enfrentados por uma comunidade escolar. A pesquisa de campo foi realizada em uma escola pública de Cascavel procurando pistas que auxiliem na compreensão de como os educadores, pais e alunos pensam a reprovação, os argumentos que os mesmos usam para justificá-la e qual a parcela de compromisso destes segmentos na superação do problema. Para discutir estes elementos, optou-se pela aplicação de questionários para identificar os principais fatores determinantes do alto índice de reprovação, especificamente nas quintas séries. Constatamos que as causas da reprovação escolar muitas vezes estão veladas, devendo ser analisadas no contexto social familiar e escolar. Apesar dos fatores internos e externos à escola contribuírem para o alto índice de reprovação, os professores apresentam uma grande preocupação com práticas educativas e avaliativas e acreditam que os avanços serão alcançados mediante mudanças em relação às políticas educacionais, à organização e desenvolvimento do trabalho pedagógico, ao contexto social e maior interação e integração das famílias no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Reprovação escolar. Escola pública. Comunidade escolar

¹Pedagoga, com Especialização em didática e Metodologia do Ensino. Aluna do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). E-mail: bete_mmoura@hotmail.com

²Doutor em *História, Filosofia e educação* /UNICAMP. Professor do Colegiado de Pedagogia/UNIOESTE, Campus Cascavel. Membro do Grupo de Pesquisa HISTEDBR – História, Sociedade e Educação – GT – Cascavel – PR. E-mail: jcsilva05@terra.com.br

SCHOOL FAILING GRADE CHALANGES AND DILEMAS IN A PUBLIC SCHOOL CONTEXT: THOUGHTS OF AN ACADEMIC COMMUNITY

Elisabete Martins Moura
João Carlos da Silva

ABSTRACT

This paper debates historical conditionings that contribute to the high number of school flunking. It approaches the portrayal of teachers, parents, and students on the theme highlighting dilemmas and challenges faced by a academic community. Field research was carried in a public school in the city of Cascavel, PR., Brazil, probing hints that would help understand how flunking if thought by educators, parents, and students, arguments that they use to justify it, and what is the their quota of obligation in overcoming that problem. To deliberate these elements a questionnaire application was settled on to identify the main determinant factors of the high number of school failing specifically with 5th graders. It was found that school-failing causes are often unclear necessitating to be analyzed in the school, family, and social context. Despite of school`s internal and external factors contribute for the high index of failing, teachers show an exceedingly worrying level with educational and evaluative practices and believe that improvements will be achieved through changes concerning educational policies, organization and development of pedagogical work, social context, and a larger family integration and interaction in the development of the learning-teaching process.

KEYWORDS: School failing. Public School. Academic Community

Pedagogue with specialization in didactic and Teaching Methodology. Academic of the Educational Development Program (EDP). E-mail: bete_mmoura@hotmail.com

²Doctor in History, Philosophy, and education / UNICAMP. Pedagogy Professor / UNIOESTE, Cascavel Campus. Member of the HISTEDBR Research Group – History, Society, and Education – GT – Cascavel, PR. E-mail jcsilva05@terra.com.br

INTRODUÇÃO

O Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) é uma Política Pública de formação continuada que se desenvolve mediante a interação entre os professores do Ensino Superior e os professores da Educação Básica da Rede Pública do Estado do Paraná.

Fundadas nas Diretrizes Curriculares Estaduais e nos princípios educacionais da SEED, o referido programa oferece cursos e atividades, cujas orientações pedagógicas tem como objetivo proporcionar aos professores, subsídios teórico-metodológicos para o desenvolvimento de ações educacionais sistematizadas, que resultem em redirecionar a prática pedagógica.

A participação na primeira turma deste programa durante os anos de 2007 e 2008 proporcionou-me um aprofundamento teórico com base em Patto(1999), Paro(2001,2004), Nosella(2007), Luckesi(2001) Vasconcellos(2005) Saviani(1984,1986,2005), que subsidiou os estudos, mediante a aplicação de questionários junto à comunidade escolar, resultando na elaboração e implementação da proposta *A Reprovação Escolar em uma Escola Pública do Município de Cascavel*³.

O objetivo primordial da pesquisa realizada em 2007 foi refletir e compreender o fenômeno do alto índice de reprovação verificado especificamente no período entre 2004 a 2006, nas quintas séries e assim buscar formas de enfrentamento da questão.

³A proposta foi elaborada com base na análise dos dados levantados na aplicação de questionários a professores, pais e alunos e contemplou as seguintes atividades: Reuniões com Direção e Equipe Pedagógica para reestruturação do Conselho de Classe, Palestra, Encontros e Articulação com as Famílias, Grupo de Estudos com Professores e Acompanhamento intensivo junto aos alunos.

A temática sobre a reprovação escolar tem sido objeto de pesquisas, estudos e reflexões constantes por parte dos educadores. Tal problemática nos apresenta desafios permanentes e de abordagem complexa, demonstrando um dado real: um grande número de crianças que passa pela escola, mas que não se apropria dos conhecimentos científicos produzidos historicamente pelos homens.

No processo de universalização da escola, final do século XIX e ao longo do século XX, a ideologia do liberalismo já exercia influência na educação, pela expectativa da ascensão social, igualdade de oportunidades que se conquistaria através da escola. Porém, como acontece ainda hoje, não haveria espaço para todos no campo de trabalho. Neste contexto de contradições, a seleção na escola, mediante a avaliação classificatória, passou a ser utilizada. A reprovação e exclusão começaram a acontecer naturalmente, explicadas e justificadas pelas diferenças individuais. Segundo esta visão, cada indivíduo era responsável pelo seu próprio fracasso, pois outros conseguiam o almejado sucesso (PATTO, 1999).

Atualmente existem explicações baseadas em pesquisas e reflexões sobre o fracasso escolar, porém persistem mitos que isentam a escola, professores e os sistemas educacionais, da responsabilidade de superar o desafio da reprovação escolar.

Pesquisas mostram que fatores diversos, incluindo os fatores internos da escola e do sistema, podem interferir na aprendizagem, invalidando as afirmações que culpavam o aluno pelo próprio fracasso. Esses argumentos recaiam sobre os aspectos patológicos, na teoria de que as dificuldades de aprendizagem eram congênitas, hereditárias e disfunções neurológicas. Porém, explicações psicogenéticas mostram que as dificuldades de aprendizagem podem ser resultadas de situações vivenciadas pela criança na família e no seu contexto sócio-cultural.

O presente trabalho tem como objetivo contribuir para a discussão sobre a reprovação escolar e a importância de entender os fatores intra-escolares e extra-escolares determinantes para o sucesso

ou o fracasso do aluno. Para tanto, daremos vozes à comunidade escolar a partir de aplicação de questionários junto aos pais, alunos e professores pretendendo com isso, verificar o que estes segmentos pensam acerca da reprovação escolar.

Reprovação escolar: uma breve abordagem histórica

Considerando alguns aspectos históricos da educação brasileira verificamos que desde a colonização no Brasil, o preconceito das classes dominantes com índios e negros sempre foi visível. Neste contexto a teoria racial explicava o sucesso ou o fracasso do indivíduo, decorrente de sua origem congênita ou hereditária. A psicologia localizava as causas das dificuldades escolares no aprendiz, não considerava a interferência de fatores externos. Com a chegada da psicometria as explicações para o fracasso escolar voltaram-se para os distúrbios do desenvolvimento psicológico. As teorias da carência cultural e ambiental, por sua vez, tiveram como pressupostos as diferenças de ambiente em que as crianças das classes média e baixa se desenvolviam.

Na década de 70 do século XX surgiu a teoria crítico-reprodutivista, em que a escola começou a ser pesquisada como lugar onde se exerce a dominação cultural e reprodução das relações de produção. Em seguida as pesquisas começaram a investigar a participação dos sistemas de ensino nos resultados de aprendizagem, apontando os fatores intra-escolares como possíveis causas do fracasso das escolas públicas (PATTO, 1999).

Nos anos de 1980 as questões sociais apareciam como justificativa para os maus resultados escolares. A partir da década de 90, mediante os pressupostos do neoliberalismo, a culpa do fracasso escolar voltou a recair sobre o indivíduo, culpabilizando-o pelo seu mau êxito. Atualmente a relevância da escolaridade nas séries iniciais, aprovação automática e progressão continuada são focos de freqüentes pesquisas e debates entre educadores. Assim, sugeriu-se a necessidade de direcionar a avaliação como um acompanhamento de todo processo educacional e

políticas educacionais comprometidas com a valorização dos educadores, garantindo a qualidade do ensino.

Nas últimas décadas o problema da avaliação e reprovação escolar tem sido tema de debates, palestras, cursos, capacitações e conferências. Como resultado, passou-se a adotar uma variedade de materiais didático-pedagógicos, com a utilização de recursos tecnológicos para a renovação dos métodos e recursos didáticos, na busca de enfrentar os desafios da avaliação da aprendizagem, no sentido da superação do fracasso escolar. De acordo com Luckesi (2001, p. 77): “A prática classificatória da avaliação é antidemocrática, uma vez que não encaminha uma tomada de decisão, para o crescimento”.

Avaliação não pode ser confundida com classificação, sua essência está relacionada ao currículo escolar que prevê os conteúdos para os diferentes níveis de escolaridade. Também é ponto determinante para o planejamento do ensino que direciona a prática pedagógica intencional e busca os meios adequados para a realização dos objetivos propostos, calcada no conhecimento da realidade humana e nas particularidades dos alunos.

De acordo com a LDB – Lei nº. 9394/96, em seu artigo 22, “A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Sendo assim, o objetivo principal da educação é a formação do indivíduo para que possa viver em sociedade interagindo com os demais indivíduos, para transformá-la.

Segundo Saviani (1986, p. 39): “E como a educação destina-se (senão de fato, pelo menos de direito) à promoção do homem, percebe-se já a condição básica para alguém ser educador: Ser um profundo conhecedor do homem”. Partindo desse pressuposto, entende-se que as ações educativas devem estar voltadas para a promoção do homem. O professor deve refletir sobre os problemas educacionais, traçar metas, definir prioridades, reformular suas ações e direcioná-las para um

objetivo comum para que o indivíduo possa usufruir da cultura e dos bens que produz junto à sociedade.

Luckesi (2001, p. 69), ainda define avaliação escolar como sendo: “[...] um juízo de qualidade sobre dados relevantes para uma tomada de decisão”. A avaliação escolar tem sentido se tiver a função de diagnosticar o problema, possibilitando uma intervenção para sua superação. Do contrário a avaliação torna-se instrumento de discriminação e seleção no âmbito escolar legitimado em muitos casos, pela reprovação.

Sobre isso, Vasconcelos (2005) ressalta:

Há que se distinguir, inicialmente “Avaliação” e “nota”. Avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos. A nota, seja na forma de número (ex. 0 – 10), conceito (ex. A, B, C, D) ou menção (ex. Excelente, Bom, Satisfatório, Insatisfatório), é uma exigência formal do sistema educacional. (VASCONCELLOS, 2005, p.53)

Para atender a essa exigência, a prova acabou por ser um dos principais instrumentos geradores de notas na prática avaliativa. Na maioria dos casos a nota tem a função de revelar os incapazes, de castigar os inseqüentes e indisciplinados, punindo-os no final do período letivo com a reprovação.

Assim, o processo educativo deve contemplar uma forma de avaliação que não tome os resultados como prescrição para a reprovação, mas construir uma relação colaborativa entre professores e alunos, buscando o preparo para uma auto-avaliação e proposição de metas para superação das dificuldades.

Contribuições do Grupo de Trabalho em Rede: Interação à distância

As discussões do GTR abordaram a reprovação escolar, mostrando que o tema não pode ser analisado friamente por meio de estatísticas, mas, buscar a compreensão das causas e as possibilidades de intervenção para superação do problema.

Os participantes do Grupo de Trabalho em Rede concluíram que não é possível discutir reprovação escolar sem uma abordagem das práticas avaliativas, pois o papel da avaliação é orientar as intervenções pedagógicas, de forma contínua, através da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelos alunos, subsidiando decisões que conduzam à melhoria da prática educativa. Os dados levantados na avaliação devem permitir não somente o diagnóstico da situação de aprendizagem do aluno, mas também o auto-conhecimento do professor e do ensino que está proporcionando.

Portanto, a avaliação também tem como função orientar o trabalho docente para identificar as prioridades e necessidades permitindo ao professor refletir sobre suas ações, condições e limites nas intervenções, evitando assim, o fracasso das suas práticas educativas que resultam na reprovação dos alunos.

Quanto às Políticas Educacionais os participantes do GTR concluíram que, apesar das constantes discussões sobre o tema, poucas ações concretas são desenvolvidas para o desencadeamento de uma transformação no ensino. Algumas buscam resultados imediatos e não resultados de um planejamento a médio ou longo prazo, da aprendizagem.

Os professores do GTR concordam que a formação continuada é essencial para que os educadores tenham consciência de seu papel social e tomem decisões pedagógicas pautadas na realidade social, política, cultural e econômica para a compreensão do contexto no qual está inserida sua prática educativa e estabeleçam metas a serem alcançadas.

Quanto à participação das famílias, há um consenso de que mesmo reconhecendo a realidade da desestrutura familiar

contemporânea, é um fator que pode influenciar e até mesmo determinar o fracasso do aluno na escola.

Os fatores intra-escolares como: indisciplina, avaliação classificatória, infra-estrutura da escola, escassez de recursos financeiros e humanos, organização do trabalho escolar, incoerência no plano de trabalho docente em conformidade com o Projeto Político Pedagógico da escola e com as Diretrizes Curriculares Estaduais, são apontados pelos participantes do GTR como fatores que influenciam na produção do fracasso escolar, considerando que só podem ser superados quando houver uma consciência de que a educação é responsabilidade de todos e que a escola não poderá promover uma transformação, de forma isolada.

Pesquisa de Campo

O trabalho de campo buscou respostas para várias indagações: O que os educadores, pais e alunos desta comunidade escolar pensam a respeito da reprovação escolar? Quais são os argumentos que utilizam para justificar a reprovação? Que medidas precisam ser tomadas para tentar solucionar o problema? Qual a parcela de compromisso e a postura de educadores e pais em fazer da aprendizagem um ato prazeroso despertando no aluno o gosto pelo saber?

De acordo com Vitor Paro (2001):

Não é de menor importância a convicção de que levar o aluno a querer aprender é o desafio maior da Didática e sua mais importante razão de ser, e de que o gosto pelo saber e o empenho em aprender são, respectivamente, um valor e uma conduta, que não se adquirem naturalmente, porque são construções históricas das quais só é possível apropriar-se pela educação. (PARO, 2001, p. 163)

A decisão em aplicar os questionários aos professores, pais e aluno das quintas séries em razão do alto nível de reprovação desta

escola, estar concentrado nesta série. O questionário foi aplicado aos alunos que cursam a quinta série pela segunda ou mais vezes e seus respectivos pais ou responsáveis. Quanto aos professores, foram selecionados por tempo de serviço no colégio e que trabalham no ensino fundamental, os que já trabalharam, trabalham, ou pretendem trabalhar com as quintas séries.

Foram entregues vinte e cinco questionários para os pais, dos quais retornaram vinte e dois. Para os alunos foram entregues vinte e cinco questionários, retornando dezoito. Quatro alunos não apresentaram a autorização para que participassem da pesquisa e três alunos faltaram nas datas agendadas. Para os professores, equipe pedagógica e direção foram distribuídas trinta questionários, retornando vinte e três.

Perfil sócio-econômico das identidades

O colégio pesquisado está localizado em um bairro não muito distante do centro da cidade do município de Cascavel, em que predominam residências, poucos estabelecimentos comerciais e algumas indústrias de pequeno porte. Os moradores são trabalhadores que atuam nos setores de construção civil, agricultura, comércio, transporte ou como autônomos. Alguns se dedicam à atividade de seletores de materiais recicláveis. A maioria das mulheres trabalha fora exercendo atividades domésticas, no comércio, na agricultura e também como autônomas.

A renda familiar dos moradores oscila de um a cinco salários mínimos. Muitos fazem parte de programas sociais dos governos federal e estadual. Muitos jovens ingressam no mundo do trabalho muito cedo, para complementar a renda familiar. As famílias possuem de três a cinco filhos, sendo que os mais velhos, que não trabalham fora, são responsáveis pelos irmãos menores, enquanto os pais trabalham. A

maioria dos adolescentes e jovens estuda neste colégio que atende em três períodos.

Os professores que participaram da pesquisa são todos graduados, com especialização na sua área de atuação, sendo um professor portador do título de Mestrado. A maioria reside em bairros próximos ao colégio e são proprietários de automóvel e casa própria. Esses dados foram levantados em 2006, quando da reformulação do Projeto Político Pedagógico da escola.

Análise dos dados: A visão dos professores

O objetivo desta pesquisa de campo, na investigação realizada através de questionários, foi buscar elementos para compreender a resistência por parte de muitos professores em promover os alunos. Visou ainda, buscar estudar as dimensões que a reprovação escolar assume, entendendo os fatores determinantes e suas implicações para o ensino.

Ao serem questionados sobre fatores determinantes em relação à reprovação, muitos professores apontaram a falta de interesse por parte da família. Em seguida, apontaram o desinteresse por parte do aluno, problemas sociais e econômicos, desestrutura familiar e falta de motivação e de perspectivas para os estudos: “Aluno desinteressado, sem perspectivas para o futuro, indisciplinado, com problemas de saúde ou gravidez; Pais ou responsáveis não cumprindo o pátrio poder, sem interesse em relação à vida do filho; Escola não atrativa, as vezes ausência de motivação; Agressão entre os alunos” (Professora A).

As respostas estão relacionadas principalmente aos fatores extra-escolares que dizem respeito ao aluno e sua família. Indiretamente deixam transparecer os conceitos formados na teoria da carência cultural e ambiental sobre os grupos sociais aos quais estes alunos pertencem. Mas também são consideradas possibilidades de estes fatores estarem interferindo na aprendizagem, porque a escola não investe efetivamente

nos objetivos propostos para a mediação da construção do conhecimento científico.

A organização da escola e do trabalho pedagógico desenvolvido nela, não foi questionada diretamente por este grupo de professores. Muitos colocam a escola como dependente das condições socioeconômicas dos alunos. São afirmações e considerações que refletem a visão idealizada que os educadores têm sobre família, reforçando práticas educacionais e sociais que atendam às exigências determinadas pela sociedade.

As argumentações desses educadores mostram a normalidade da aceitação de que as crianças nessas condições de vida não aprendem e assim, passam por várias situações de reprovação.

Sobre isso, Patto (1999, p.407-408) diz: “É no mínimo incoerente concluir, a partir de seu rendimento numa escola cujo funcionamento pode estar dificultando, de várias maneiras, sua aprendizagem escolar, que a chamada “criança carente” traz inevitavelmente para a escola dificuldades de aprendizagem”.

Outro grupo de educadores reforça a idéia que determinantes do fracasso escolar estão relacionados à escassez de recursos financeiros, políticas educacionais, crise social, descaso e desvalorização por parte do governo para com a educação. “Falta de recursos estruturais na escola para reverter o déficit de aprendizagem; descompromisso do Estado para a melhoria do ensino; Problemas sociais como a pobreza e a desestruturação familiar” (Professora B).

Indisciplina, metodologia e escola não atrativa, ambiente escolar inadequado para estudos, aluno trabalhador, avaliação classificatória, deficiência na alfabetização, diferentes tempos de aprendizagem, notas baixas, distorção idade série, não aceitação da idéia de que todos podem aprender, são determinantes indicados nas respostas de alguns professores; fatores intra-escolares que demonstram a preocupação destes educadores com os rumos do processo educativo.

Apontam ainda, as dificuldades enfrentadas no cotidiano da escola, correlacionados às políticas educacionais e sociais, e também revelam o compromisso e a angústia destes educadores em relação a real função da escola. A preocupação com as práticas avaliativas também é demonstrada insistentemente nas respostas de muitos professores revelando a necessidade de uma revisão nos conceitos de avaliação adotados pela escola:

Muitos são os fatores que apontaríamos como determinantes em relação á reprovação e repetência, como: A prática da classificação dos alunos arraigada em nós, A não aceitação de que todos os alunos tem a mesma capacidade de aprender; Não respeito ao tempo humano de cada aluno; Classificá-los como bem ou mal comportados, dedicados, disciplinados, estudiosos, pacíficos ou violentos e desinteressados; Os alunos estão aprendendo muito menos do que poderiam e deveriam em todas as séries, Deficiência na alfabetização (Professora C).

Ao mesmo tempo em que apontam como justificativa para o fracasso escolar as políticas sociais e educacionais descomprometidas com a qualidade de vida e de ensino dos brasileiros, também se pode constatar de forma nítida, as ponderações dos educadores a respeito do sistema de avaliação como um todo.

Patto (1999) analisa estas afirmações da seguinte forma:

Esta maneira de pensar a educação e sua eficácia é marcada por uma ambigüidade: de um lado, afirma a inadequação do ensino no Brasil e sua impossibilidade, na maioria dos casos, de motivar os alunos, de outro, cobra do aluno interesse por uma escola qualificada como desinteressante, atribuindo seu desinteresse à inferioridade cultural do grupo social de onde vem. (PATTO, 1999, p.119-120)

Dificuldades de transporte, drogas, agressividade, gravidez precoce são fatores que aparecem com menor freqüência, mas na opinião de alguns professores, contribuem para o alto índice de

reprovação escolar e merecem especial atenção. Assim, as reclamações recorrentes das causas da não aprendizagem dos alunos que se localizam fora da escola se multiplicam nos depoimentos dos professores.

Nas respostas da minoria dos professores também são apontados como determinantes em relação à evasão e reprovação, a formação dos educadores e a falta de estímulos, demonstrando a preocupação dos mesmos com as práticas educativas que vem se desenvolvendo no interior da escola. Reafirmam ainda a necessidade de uma revisão na formação continuada, por outro lado, indicam as condições técnico-pedagógicas sempre relacionadas ao sistema educacional e social: “Fatores sociais, econômicos, familiares, políticos, própria escola (falta espaço físico, número de alunos por turmas, falta de recursos humanos e financeiros); formação do professor; número de aulas do professor (não tem tempo para preparo das aulas)” (Professora D).

Quanto à responsabilidade da escola em relação à reprovação, as argumentações bastante presentes nas justificativas de muitos educadores, deixam transparecer que a escola está isenta de responsabilidades e que esta é exclusivamente da família. Estas afirmações estão relacionadas aos fatores externos apontados na questão anterior que justificam o alto índice de reprovação fazendo uma inversão lógica para eximir a escola de qualquer responsabilidade.

A ausência quase que total de interesse por parte dos alunos e a falta de tempo por parte dos pais para atendê-los em casa, são elementos apontados isentando a escola da parte que lhe cabe quanto ao fracasso escolar: “Primeiro a falta de acompanhamento familiar (pais); notas baixas; falta de interesse dos alunos” (Professora E).

Patto (1999, p.40) alerta: “Quase nada sabemos sobre as práticas de criação infantil, sobre as relações adultos-crianças, sobre os estilos de comunicação, sobre a dinâmica familiar nos contextos rurais e urbanos empobrecidos”.

Outras respostas estão relacionadas a fatores intra-escolares, demonstrando que muitos professores estão conscientes da responsabilidade que recai sobre a escola quanto ao problema da reprovação escolar e a necessidade de se repensar as práticas avaliativas existentes. Consideram ainda que a avaliação não pode ser reduzida a momentos pontuais e sim, praticada como eixo norteador de todo processo ensino-aprendizagem:

A meu ver os problemas sociais que assolam o país é fator crucial; Há também sim, um outro fator que é trabalhar com os diferentes tempos de aprendizagem, mas da forma que a escola ainda está organizada, nivela, colocando o educando no mesmo patamar de verificação da aprendizagem, dificultando o que realmente deveria ser a avaliação da aprendizagem (Professora F).

Quanto ao papel da escola no enfrentamento do problema da reprovação, muitos professores concordam que esta deve garantir ensino de qualidade para todos, devendo proporcionar algumas condições mínimas: Pensar no aluno, conhecer sua realidade, buscar descobrir como e o que tem maior facilidade de aprender, dar mais atenção aos alunos que não se evidenciam para conhecê-los e atendê-los melhor, propiciar um ambiente de diálogo e convivência sadia buscando todas as alternativas para a superação das defasagens de aprendizagem que levam à reprovação:

Pensar no aluno, em como vive, em como aprende, em que coisas aprende, sobre com quem aprende, e de que jeitos aprende, entre tantas outras questões, como ponto de partida para aprender a avaliar melhor. Há muitos alunos no anonimato das salas de aula, precisamos reencontrá-los, resgatá-los de seus silêncios, de suas apatias. Precisamos conhecê-los e compreendê-los. Aprender a conviver com eles para ensiná-los a partir da convivência sadia e do diálogo permanente (Professora G).

Sobre esta questão Vasconcellos (2005) afirma que:

Numa análise mais profunda do sistema educacional, podemos dizer que seu grande problema é a não-aprendizagem, sendo que a reprovação é uma das faces. Portanto, entendemos que nossa verdadeira bandeira de luta deve ser combater a não-aprendizagem (VASCONCELLOS, 2005, p.125).

Em relação ao que a escola deveria fazer para a superação da reprovação escolar, a resposta mais freqüente vem de encontro às expectativas que muitos professores apresentam em relação à participação das famílias no processo ensino aprendizagem. Porém, percebemos o grau de comprometimento de alguns professores nas respostas que indicam atendimento individualizado e oferta de ambiente agradável.

A preocupação com a freqüência, conhecimento, interação, reavaliação das práticas pedagógicas e redefinição de conteúdos deixam clara a necessidade de medidas que busquem conscientizar todos os educadores sobre a importância do trabalho coletivo no âmbito escolar.

Vasconcellos (2005, p. 126-127) assim define estas expectativas: “Ser professor não é ser mero transmissor de informações; é garantir que o aluno aprenda, é ser capaz de favorecer as condições para a efetiva aprendizagem por parte de todos os alunos. Portanto é fundamental atender o aluno em suas dificuldades”.

Nas respostas são consideradas ainda, a estrutura física precária, necessidade de material de apoio, exigência de políticas educacionais mais comprometidas com a melhor qualidade de ensino e profissionais especializados, auxílio de órgãos e programas que prestam atendimentos específicos, parcerias com as universidades, mais investimentos, demonstram a realidade da escola e a preocupação dos educadores em relação às conseqüências que tais fatores representam.

As ponderações dos professores a respeito da avaliação da aprendizagem deixam evidente a preocupação que o grupo apresenta em relação à mudança de concepções para um repensar as práticas avaliativas.

A visão dos pais

No questionário distribuído aos pais, a primeira pergunta diz respeito aos motivos que levaram o filho à reprovação, as respostas mais freqüentes apontam a falta de atenção e interesse, muita conversa na sala de aula e dificuldades de aprendizagem que os filhos apresentam: “Meu filho vai mal nos estudos desde a 1ª série até hoje. Sempre foi mal na escola. Ele não tem uma mente boa para o estudo. E a reprovação acontece porque ele leva o estudo dele só na brincadeira” (Mãe A).

Outras respostas dos pais apontam “preguiça”, “colegas”, “problemas” do (a) filho (a) e as faltas na escola. Percebe-se que há uma influência da fala dos professores, quando se referem aos alunos: “Falta de atenção nas aulas, distração” (Mãe B).

Tais respostas revelam o pouco conhecimento que os pais possuem em relação aos filhos e à escola na qual estudam, pois culpabilizam apenas o (a) aluno (a) pelo fracasso escolar. Por outro lado, não mencionam os fatores externos e internos que podem motivar a reprovação e, automaticamente, negam qualquer responsabilidade quanto à reprovação do filho. A concepção de que o aluno é o culpado pela não aprendizagem está muito mais disseminada entre os pais do que pode nos parecer à primeira vista.

Em relação à participação dos pais na escola, Vasconcellos (2005) diz:

Não ver a escola simplesmente como um “mal necessário” para garantir a ascensão social; despertar (ou não deixar morrer) na criança a curiosidade, o gosto pelo conhecimento; mostrar que através da escola ela poderá não só ter sua forma de sobrevivência no futuro, mas também colaborar na transformação deste mundo que aí está hoje, no sentido de construir uma sociedade mais justa e solidária. (VASCONCELLOS, 2005, p. 98)

Poucas respostas culpabilizam a escola, quando se referem à “falta de alternativas nos estudos” (Pai A) e “falta de incentivo para despertar o interesse dos alunos pela escola” (Mãe C). Mais uma vez

demonstram a falta de compromisso com a aprendizagem dos filhos, apesar de analisar alguns fatores internos da escola, inconscientemente. Alguns não se vêem como elementos integrantes e primordiais no desenvolvimento do processo ensino aprendizagem: “Eu acredito que faltam incentivos nas escolas para que os alunos tenham mais interesse pelos estudos” (Pai B).

PARO (2001) também destaca a importância da participação dos pais na escola:

Não apenas os pais ou responsáveis têm direito à participação na escola para exercer o controle democrático do Estado, à luz de um conceito de democracia social, mas também a escola precisa de sua participação, se quer praticar um ensino de qualidade que leve em conta a continuidade entre a educação que se dá na escola e a que ocorre em outras instâncias sociais, em especial na família. (PARO, 2001, p.148)

Na questão sobre as responsabilidades da escola quanto à reprovação do (a) filho (a), as respostas mais freqüentes são que a escola não tem responsabilidade alguma e a culpa recai sobre o aluno que não aprende porque não estuda: “Eu acho que não, pois a escola ensina, e se o aluno não tem a boa vontade de dedicar-se inteiramente aos conteúdos apresentados pelos professores, não é da escola ou dos pais a responsabilidade e sim do próprio aluno, que acha que já sabe tudo e não precisa mais ir á escola” (Mãe D).

Em relação a este aspecto, Paro (2001, p. 143-144) explica: “É inevitável: o culpado é sempre o aluno. Revela-se aqui a extrema competência da escola em desenvolver a convicção no aluno (ou pelo menos reforçar aquilo que é aceito no senso comum) de que o culpado por seu fracasso, por sua ignorância atual é sempre o aluno”.

Apenas uma resposta aponta os pais como responsáveis juntamente com os filhos e também não aponta a participação da escola como fator condicionante da reprovação.

Outra resposta aponta a culpabilidade do governo e o descaso com a educação de modo geral. Este responsável demonstra estar consciente das políticas educacionais, porém, não faz a relação com a

escola e a família, enfatizando: “A escola não, mas os governantes sim, por não dar mais atenção aos estudos dos brasileiros” (Pai C).

As respostas que culpabilizam a escola, isentam completamente a família das responsabilidades. Também não apontam parcela de culpa do aluno. Os responsáveis que assim pensam, demonstram entender a escola como instituição isolada da sociedade e única responsável pela produção do fracasso escolar; assim, os responsáveis eximem-se da responsabilidade que poderia recair sobre si: “Sim. É na escola que meu filho reprova. 1º se fosse os pais culpados não precisaria de colégio. 2º se fosse para nós ensinar na escola não mandaria para a escola. Nenhum pai é culpado da reprovação. É culpa sim da escola” (Pai D).

Sobre o que a escola deve fazer para tentar resolver o problema da reprovação a maior frequência das respostas sugerem que a escola deve realizar mais reuniões com os pais, solicitar ajuda dos mesmos, dialogar, aconselhar e incentivar mais os alunos. Estas e outras respostas revelam o interesse de alguns pais em colaborar com a escola no que diz respeito ao desenvolvimento do (a) filho (a) buscando a interação e mediação entre a escola e a família: “Sempre me comunicar para eu ajudar ele em casa” (Mãe E).

As demais respostas referentes a professores e alunos passam a impressão que os responsáveis estão conscientes dos problemas enfrentados pela escola, mas cobram ações mais efetivas, apesar de não terem clareza das implicações nelas existentes: “Pegar todas as crianças que tem problemas e colocar numa sala separada, daí vocês vão resolver todos os problemas” (Mãe F). “Fazer trabalhos escolares no tempo integral” (Mãe G).

Quando são questionados sobre o que a família tem feito para evitar a reprovação dos filhos, as respostas estão todas voltadas para o acompanhamento do desenvolvimento escolar do aluno, comparecimento na escola, frequência às reuniões, orientações nas tarefas, diálogos constantes, acompanhamento da frequência na escola,

conversas com as professoras, subtração do que o filho gosta, como forma de forçá-lo para o interesse pelos estudos. “Indo nas reuniões. Cada passo que me manda eu ir na escola eu vou e também incentivo em casa a estudar quando estão de férias” (Mãe H).

Estas respostas tentam passar, de maneira sutil, a impressão de que a família está envolvida com o processo de aprendizagem e a responsabilidade pelo fracasso é exclusivamente do aprendiz e da escola.

A Visão dos Alunos

Ao serem questionados sobre a importância de estudar, a maioria das respostas dos alunos recai sobre a pretensão de “ser alguém na vida”. Apesar de estarem reproduzindo uma frase que ouvem em casa ou na escola, passam idéia de que depositam na escola, suas expectativas para o futuro. Mesmo os que citam a importância do conhecimento e dos estudos deixam transparecer, de forma menos direta, a importância que a escola pode ter para o seu futuro pessoal e profissional.

Algumas respostas deixam transparecer o medo do desprezo e da miséria, vendo a escola como caminho para a solução dos problemas. Demonstram a influência que a ideologia liberal ainda exerce no discurso da escola e da sociedade: “Pra ser alguém na vida”. “Para mais na frente ter um bom emprego e ser alguém na vida”. Quando são questionados sobre o que pensam da escola que estudam, as respostas mais freqüentes são que a escola é: “boa”, “legal”, “ótima”, “mais ou menos”. Alguns alunos acrescentaram à estas respostas observações como: “mas tem alguns professores que não gosto”, ou então, “pegam pesado”.

Estas respostas passam idéia de que a maioria dos alunos que responderam às questões sente-se bem na escola e não demonstram insatisfação; alguns opinam sobre a postura dos professores: “Não muito boa porque não gosto de uns professores” (Aluno A). “Boa, só não

aprende quem não quer porque o estudo é bom e os professores ensinam bastante” (Aluno B).

As demais respostas demonstram a insatisfação dos alunos em relação à escola, referindo-se aos professores como chatos, demonstrando aversão aos mesmos: “Um pouco chata porque os professores são chatos” (Aluno C).

Mesmo conhecendo e entendendo alguns fatores familiares que dificultam o rendimento escolar dos alunos, deve ser levado em consideração a maneira que a escola trabalha a subjetividade de cada um e os temores que a criança pode ocultar em relação à escola. A escola pode reforçar tais temores, ou colaborar para sua superação. As respostas sobre o que lhe vem à mente quando se fala em escola foram variadas. As de maior frequência foram: “estudar e aprender cada vez mais”.

Muitas respostas mostram a satisfação do aluno em relação às suas expectativas: “uma escola boa”, “conhecimento”, “futuro”, “amigos”, “professores legais”, “educação”, “estudar para trabalhar”. Porém, algumas respostas deixam transparecer a aversão que alguns alunos sentem em relação à escola e temor do resultado negativo no final do ano: “faltar”, “estou ferrado”, “preguiça”; “odeio estudar, mas preciso”, “pavor”, “uma coisa ruim”, “um aperto no peito por medo de reprovar”.

Sobre os motivos de gostar ou não da escola, as repostas mais freqüentes dizem respeito aos professores que são legais, ensinando para ajudá-los: “Sim, porque é tudo bem ensinado e explicado” (Aluno D). Na maioria das respostas isoladas os alunos dizem que gostam da escola e expressam a admiração pelos professores, amigos, estudos, aprendizagem e pela interação na escola.

Já algumas respostas deixam claro o sentimento de rejeição, quando se referem à escola e professores como chatos: “Não porque é chato estudar” (Aluno E). “As vezes eu gosto e as vezes não porque eu acho que é chato e as vezes é bom” (Aluno F).

De acordo com Luckesi (2001):

Um educador, que se preocupe com que a sua prática educacional esteja voltada para a transformação, não poderá agir inconsciente e irrefletidamente. Cada passo de sua ação deverá estar marcado por uma decisão clara e explícita do que está fazendo e para onde possivelmente está encaminhando os resultados de sua ação.(LUCKESI, 2001, p. 46)

Sobre os motivos da reprovação, está clara em muitas respostas, a culpabilização de si próprio. Talvez por terem interiorizado conceitos que lhes foram atribuídos como “bagunceiros”, “desatenciosos”, “conversadores”, “desinteressados”, “preguiçosos”, “indisciplinados” e “rebeldes”. Passam a impressão de total aceitação dessa condição: “Eu reprovei porque eu não ficava quieto na sala e não fazia tarefas” (Aluno G). “Porque eu não prestava atenção nas explicações e não fazia as tarefas de casa” (Aluno H).

Quanto a esse aspecto de aceitação e culpabilização Vasconcellos (2001, p. 35) diz: “O papel da escola, a função real e oculta que lhe é destinada, é precisamente esta: a partir dos fracassos escolares dos desfavorecidos, mergulha-los na humilhação para que renunciem a uma atitude de humildade”.

Outras respostas isoladas também revelam a mesma aceitação, repetindo as mesmas frases que já estão presentes na concepção do aluno sobre a situação escolar, mas que não revelam desejo de mudança: “Porque eu era preguiçoso” (Aluno I).

Paro (2001, p.143) fala sobre a naturalidade com que os autoconceitos negativos são produzidos na escola: “O que é importante perceber com respeito ao autoconceito negativo que se cultiva na escola é que ele se produz com “naturalidade”, sem que as pessoas se dêem conta, porque os gestos, as falas, as práticas e as relações que os produzem são tomados como parte de uma educação “normal”.

Quanto ao questionamento de como a escola pode ajudá-los, todas as respostas estão relacionadas à aquisição de conhecimentos e às expectativas para o futuro: “Ensinando sempre mais” (Aluno J). “Ensinar

e ajudar ter um bom estudo” (Aluno K). Apenas um (a) aluno (a) demonstrou não ter perspectivas quanto à participação da escola em sua vida, respondendo simplesmente: “não sei” (Aluno L).

As sugestões para melhorar a escola foram: reforma geral, menos brigas, mais professores e alunos interessados. Estas respostas revelam que o ambiente físico da escola incomoda os alunos e que estes vêem o desinteresse de alguns colegas e professores: “Arrumar a quadra de fora e arrumar as salas” (Aluno M). “Reformar tudo porque está tudo podre” (Aluno N). “Uma reforma e que os professores peguem mais pesado” (Aluno O).

Estas representações ao mesmo tempo em que podem demonstrar aceitação passiva da situação, ou até mesmo, desinteresse por parte dos alunos, assumem proporções que merecem ser examinadas com redobrada atenção, pois apesar das frases curtas e mal concluídas revelam seres capazes de reflexão e avaliação crítica.

As causas do fracasso escolar apontadas por pais e educadores, revelam, em parte, a confirmação do pensamento liberal, que classifica o indivíduo de acordo com suas aptidões naturais e suas condições de vida material. Também apontam outras causas que se referem ao ambiente cultural e social da família. Dando ênfase às causas familiares, alguns professores atribuem menor importância à parcela de contribuição que certamente a escola tem na produção do fracasso escolar. Mediante estas falas reforçam o mito da carência ambiental e cultural para justificar a não aprendizagem de muitos alunos.

Grupo de estudos com os professores

O grupo de estudos com os professores da escola demonstrou que a prática da avaliação classificatória, seus métodos e técnicas, e as consequências catastróficas causadas pelas características de seleção, discriminação e exclusão resultam em evasão e reprovação escolar. A avaliação tem como função diagnosticar os problemas de aprendizagem

e a partir daí, subsidiar a retomada das ações e decisões necessárias para a superação. A valorização das notas através das provas não leva em consideração os resultados para repensar as práticas pedagógicas da escola, mas contribui para o processo de seletividade através da reprovação.

A pedagogia histórico-crítica trouxe valiosas contribuições para os estudos e discussões, na medida em que levou à reflexões sobre o papel do professor no processo de ensino e aprendizagem e a finalidade social dos conteúdos aplicados na teoria e na prática cotidiana do educando.

Sugestões de Implementação na Escola

A implementação da proposta contribuiu para reflexões e ações que garantam as relações entre famílias/alunos/escola, favorecendo a promoção do desenvolvimento de comportamentos que facilitem a participação ativa de todos no processo de ensino-aprendizagem. Aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, deve ser garantido acompanhamento intensivo, com atendimento individualizado, atividades diferenciadas e diversificadas e atendimento especializado quando necessário.

O Conselho de Classe deve garantir a função de analisar criticamente os problemas e desafios encontrados durante o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem como um todo, e assim, buscar no coletivo, soluções para superar os problemas diagnosticados durante o período avaliado. As reuniões de Conselho de Classe devem ser norteadas por uma análise profunda das causas e dos fatores que levam ao fracasso escolar, numa visão crítica da metodologia aplicada e das práticas pedagógicas desenvolvidas no processo como um todo.

O Conselho de Classe não pode ter a função implícita de fortalecer e confirmar as imagens negativas, muitas vezes infundadas ou

apressadas que os professores produzem sobre os alunos e sim, através das subjetividades, buscar a solução dos problemas sem pré-julgamentos e rotulações.

CONCLUSÃO

A pesquisa mostrou a importância de investigar as causas da reprovação escolar, numa abordagem qualitativa. Apesar da relevância que apresenta o estudo das causas da reprovação escolar, estas não são facilmente identificáveis e precisam ser analisadas no contexto social, familiar e escolar, nos quais os alunos estão inseridos.

Se a função da escola é a mediação da efetiva construção do conhecimento para a compreensão do mundo e nele intervir, garantindo a aprendizagem de todos os alunos, esta mesma escola deve ter claro seu posicionamento em relação à concepção de homem e de sociedade que ela pretende formar. Não pode haver discordância entre a proposta de ensino da escola e sua prática efetiva. Esta proposta deve ser construída coletivamente, conquistando autonomia, abrindo canais de participação, numa estrutura que proporcione aprendizagem e conhecimento a todos os alunos.

O objetivo da escola deve vir ao encontro do compromisso com a aprendizagem efetiva de todos os alunos, não cumprindo o papel de mera transmissora de informações. A escola deve oferecer condições de aprendizagem e favorecer as condições necessárias para que os alunos com defasagem de conteúdos sejam atendidos em suas dificuldades, buscando assim, a superação do alto índice de reprovação escolar.

O papel da escola está bem definido na concepção da maioria dos educadores, que apontam caminhos para o resgate da aprendizagem, partindo da necessidade de conhecer a realidade do aluno até a análise da contribuição do Sistema Educacional nos resultados negativos ou positivos do processo.

A escola tem que ser repensada, mediante uma revisão de conteúdos e metodologias, da efetivação de uma avaliação democrática e formadora, da mudança de práticas pedagógicas e do compromisso com o processo de transformação da realidade, incluindo-se medidas para garantir o compromisso das famílias com o desenvolvimento do aprendizado dos alunos.

Enfim, é preciso provocar discussões e reflexões para compreender a prática social em que os professores, alunos e famílias estão inseridos, pois estamos sendo desafiados a todo o momento por novas tecnologias, novos conhecimentos e novas experiências que exigem a superação da distância entre teoria e prática. Para que esta superação aconteça será necessário vencer o desafio da formação recorrendo aos estudos organizados em grupos de estudos e cursos. É necessário, acima de tudo, que haja uma avaliação das práticas e concepções que estão representadas no discurso pedagógico.

Apesar das políticas educacionais estaduais estarem voltadas para a superação do alto índice de reprovação com iniciativas como implantação das Salas de Apoio, Salas de Recursos, Diretrizes Curriculares e outros projetos e programas voltados para a melhoria da qualidade do ensino, o fenômeno da reprovação continua presente em nossas escolas. Para uma busca consciente de superação do problema somos desafiados a refletir e rever nossa concepção de aluno, de escola e nossas práticas pedagógicas.

Assumindo uma nova postura, professores e alunos irão trabalhar os conteúdos de forma contextualizada, adquirindo dimensões científicas, conceituais, históricas e culturais, reconstruindo-os para a superação dos desafios propostos.

Se o princípio básico da ação educativa é o interesse em que o educando aprenda e se desenvolva individualmente e coletivamente, outras medidas devem ser tomadas para o início de uma transformação, que julgamos como sendo relevantes. Temos que atentar para o fato de alunos que estão concluindo o ensino fundamental mal sabendo ler ou

escrever, concentrar nossas reflexões no saber fazer, no compromisso com a escola de qualidade, no domínio de conteúdos necessários e metodologias eficazes. A partir daí vão surgir as evidências das condições de trabalho nas quais está sendo desenvolvido o processo, e através desta imposição do compromisso com a qualidade, os professores poderão exigir valorização profissional por meio de políticas educacionais sérias e sistemas de ensino comprometidos com a aquisição do conhecimento.

Aos pais cabe conhecer melhor os filhos, no sentido amplo de conhecimentos, aprendizagem, cultura, expectativas, necessidades e sentimentos. Os pais também devem valorizar o ensino, a escola e os professores, proporcionando condições para que os filhos consigam uma convivência harmoniosa com colegas e professores no ambiente escolar. Cabe a eles também enxergar-se como elementos que podem contribuir para o sucesso ou o fracasso escolar dos filhos, interagindo no desenvolvimento do processo ensino aprendizagem dos mesmos.

Cabe aos alunos, buscar através das atividades pedagógicas, desenvolverem sua aprendizagem, construindo o conhecimento e assim compreender melhor o mundo, beneficiando-se da cultura adquirida. O aluno também deve comprometer-se com sua mudança, buscando um relacionamento saudável com colegas e professores, demonstrando interesse em assimilar os saberes que lhes são necessários para a concretização de seus objetivos, não aceitando o papel de vítima da desigualdade social.

Argumentos usados pelos professores para justificar a reprovação dos alunos dizem respeito ao pouco interesse dos pais em relação à aprendizagem dos filhos, precariedade das condições de trabalho, descompromisso dos órgãos competentes com a educação, organização do trabalho pedagógico, sistema de avaliação, crise social e familiar.

Os pais por sua vez, numa demonstração de dúvidas e incertezas, responsabilizam os alunos pelo fracasso escolar e em menor

proporção buscam argumentos para se eximirem da responsabilidade, atribuindo a culpa à escola. Algumas respostas dos alunos, que se presumem indiferentes, assumem dimensões reveladoras, que devem ser analisadas e utilizadas como referenciais para iniciativas de mudanças de atitudes.

As contradições são uma constante no discurso de todos os envolvidos no contexto educativo e estas mesmas contradições podem ser utilizadas como matéria-prima das transformações possíveis de serem realizadas.

Por fim, entendemos que a relação professor/aluno, sociedade/escola, escola/família, formação do professor, organização do espaço escolar e a organização do trabalho pedagógico, são fatores determinantes do sucesso ou do fracasso do processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO. Júlio Groppa. **Diferenças e Preconceito na Escola: Alternativas Teóricas Práticas**. 6ª ed. São Paulo: Summus, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Ministério da Educação. Esplanada dos Ministérios: Brasília, DF, 1989.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação-9.394/96**. Disponível em www.dji.com.br/leisordinarias – acesso em 25 de junho de 2007.

GASPARIN. João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. 3 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. **Dados preliminares do Censo da educação escolar**. Disponível em: www.inep.com.br. Acesso em: 10 de março de 2007.

LIBÂNEO. José Carlos. **Democratização da Escola Pública: A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos**. 15ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

LUCKESI. Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NAGEL, Lizia Helena. **Educação via Banco Mundial:** Imposição ou Servidão Necessária? Disponível em www.pde.pr.gov.br – Acesso em: 18 de setembro de 2007.

NOSELLA, Paolo. **Trabalho e Perspectivas de Formação dos Trabalhadores:** Para além da Formação Politécnica. Disponível em www.pde.pr.gov.br – Acesso em: 20 de setembro de 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Reprovação Escolar, renúncia à educação.** 2ª ed. São Paulo: Xamã, 2001.

_____. **Gestão Democrática da Escola Pública.** 3ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

PATTO, Maria Helena Souza. **A Produção do Fracasso Escolar:** Histórias de Submissão e Rebelião. 2ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Educação:** do Senso Comum à Consciência Filosófica. 7ª ed. São Paulo: Autores Associados, 1986.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica:** Primeiras Aproximações. 9ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

_____. **Escola e Democracia.** 5ª ed. São Paulo: Autores Associados, 1984.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação:** Concepção Dialética-Libertadora do Processo de Avaliação Escolar. 15ª ed. São Paulo: Libertad, 2005